

Quem o governo protege é quem o governo sabota

Se existissem meios de se calcular os custos para a sociedade brasileira das múltiplas formas de intervenção do Estado na livre iniciativa dos seus cidadãos e no organismo econômico nacional, certamente ocorreria uma revolução neste país. Hoje em dia, aliás, está de tal modo difundida a constatação histórica de que essas intervenções — mesmo aquelas bem-intencionadas e decididas a partir de pressupostos “científicos” — jamais trazem benefícios senão para aqueles que as impõem aos demais, que um dos principais indicadores do grau de liberdade, de prosperidade e de desenvolvimento cultural de um povo é, justamente, a não-incidência dessas intervenções e as medidas institucionais por ele adotadas para coibir esta tentação natural entre os detentores do poder do Estado. O caso brasileiro é uma comprovação cabal da acuidade dessa medida...

Se relevássemos, apenas para efeito de análise, todo o peso da corrupção moral ou material, que freqüentemente está por trás dessas intervenções, ainda restaria o problema do timing totalmente diferente dentro do qual se movem, de um lado, os homens que estão temporariamente ocupando o poder do Estado e preocupados com não perdê-lo, e, do outro, os habitantes do país real, que têm de continuar vivendo e produzindo, seja qual for o grupo que eventualmente esteja ocupando o poder. O que os fatos têm mostrado, como não poderia deixar de ser, é que por mais isentos e pessoalmente honestos que os primeiros possam ser, sempre pesará mais, na hora de decidirem uma intervenção, a sua necessidade de “resolver um problema” contingencial capaz de prejudicar os seus planos eleitorais ou, simplesmente, a sua “popularidade”, do que a vontade ou a esperança de resolver os problemas estruturais da Nação.

Eis por que aquilo que, para os ocupantes do poder, é um conjunto de ações (ou de intervenções) perfeitamente coerente, salta aos olhos dos habitantes do país real — que se balizam por outras preocupações e vivem outro timing — como totalmente incoerente, mesmo se se puserem de lado os julgamentos teóricos ou ideológicos sobre se se deve ou não intervir, por princípio.

No Brasil, regulamenta-se tudo, e em tudo se intervém, sempre, é desnecessário dizer, em nome “do bem de todos e da felicidade geral da Nação”. Mas mesmo em sua sanha intervencionista a incoerência dos poderosos é flagrante. Tomemos os casos mais marcantes como exemplo. Está em todos os jornais, neste momento de superaquecimento da economia, a questão da necessidade de adaptação das nossas indústrias à nova velocidade adquirida pelos consumidores nacionais. A necessidade de expansão do nosso parque industrial é premente, e industriais e governantes discutem, neste momento, a conveniência de se importar o maquinário pesado necessário para se enfrentar a aceleração da demanda — disponível em espaço de tempo mais curto — ou obedecer às leis de proteção aos “similares nacionais”. E a tendência é manter a proteção à indústria pesada nacional.

Outro caso típico é o da informática. Aqui, temos a rigorosíssima — e discutibilíssima — “reserva de mercado” instituída pela SEI e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia cujos técnicos, no seu afã quase “religioso” de proteger a “soberania nacional” e a “identidade cultural” brasileira, não hesitam em correr todos os riscos contidos na aceitação de um atraso tecnológico grave em plena “era da informática” para impedir que empresas estrangeiras concorram com as nacionais no setor de produção tanto de hardware (os computadores propriamente ditos) quanto de software (os programas para estes computadores). Ainda na última semana, para que o leitor possa ter uma medida do empenho desses “defensores da soberania nacional”, o titular da SEI, sr. Luciano Coutinho, não hesitou em afirmar que o Brasil deveria descentralizar todos os serviços prestados pelos órgãos de computação, ou seja, de centralização de informações (pelo que, vê-se claramente a contradição) apenas porque as indústrias nacionais aprovadas pela SEI ainda não estão capacitadas a produzir computadores de grande porte, capazes de armazená-las. Assim, para os 70 homens que decidem sobre a política de informática para os 130 milhões de consumidores potenciais do Brasil, é melhor não dispor de centrais de informações computadorizadas no País do que importar os computadores capazes de armazená-las, apenas porque são produzidos em países estrangeiros!

Obviamente, não vale a pena entrarmos no mérito desta questão nem examinar qual o motivo que move os archeros da SEI a propor-nos (e o que é pior, impor-nos), nada mais nada menos, que o absurdo em pessoa. O que fica claro, de saída, é que o interesse nacional certamente não entrou em suas cogitações...

Mas estes dois exemplos, pelos riscos que envolvem para o desenvolvimento futuro do País, servem para caracterizar uma suposta vontade, entre os atuais governantes, de “proteger”, a qualquer custo, os produtores nacionais, seja qual for a qualidade dos seus produtos, e seja qual for o custo dessa proteção para os consumidores brasileiros.

Mas, surpresa! Olhemos agora para a agricultura. E o que constatamos é que aqui acontece exatamente o inverso. Neste caso, os mesmos governantes que “protegem” a qualquer custo os “produtores nacionais” de outras áreas, mesmo à custa dos consumidores e do progresso futuro do País, sabotam invariavelmente o produtor nacional da área da agropecuária. De fato, todas as vezes em que o mercado interno aumenta o consumo de produtos agrícolas, ou de carne, provocando altas de preços capazes de, em safras futuras, ensejarem o aumento de produção que estes mesmos governantes afirmam desejar (a ponto de tentar forçá-las com expedientes intervencionistas violentos como a reforma agrária), eles imediatamente passam a importar os mesmos alimentos produzidos aqui de produtores tão estrangeiros quanto os produtores de computadores, lançando esses produtos nos mercados nacionais a preços aviltados, de modo a provocar a quebra dos preços internos. Inevitavelmente tais expedientes provocam a paralisia da produção nacional e a interrupção dos investimentos no setor, com as conseqüentes quebras na produção futura. E tudo isso com a agravante de que, no caso de uma indústria, retomar a produção anterior não requeria mais do que ajustar novamente a velocidade das máquinas de produção, enquanto que no caso da agricultura, e, particularmente, da pecuária, uma retomada aos níveis anteriores de produção exigiria não só investimentos desse produtor deliberadamente descapitalizado pela concorrência desleal que sofre dos produtos importados e subsidiados pelo governo, mas também o tempo para a gestação de um novo rebanho ou para o plantio, a maturação e a própria produção de sementes.

É claro que cada um dos economistas do governo sabe disso. É claro que todos eles sabem que as conseqüências desses expedientes, se levados adiante, serão essas que acabamos de prever. Mas acontece que eles estão presos a um mandato, dependem de votos, e, mais que isso, estão presos a um plano econômico intervencionista, cujo sucesso depende estritamente do controle da inflação. Ora, um dos principais fatores a influenciar os índices da inflação é o preço dos produtos agrícolas, que eles precisam manter baixos custe o que custar, mesmo que esse custo seja o da escassez futura e da alta futura de preços. Mas, aos seus olhos, este será um problema para os governantes que vierem depois deles, e, como sempre, dos 130 milhões de consumidores do país real, que continuarão comendo, seja qual for o grupo que estiver no poder...

É por essa razão que, em todo o mundo civilizado, seja qual for o colorido ideológico ostentado pelos governos do momento, o intervencionismo econômico é, cada vez mais, identificado como o grande inimigo a ser combatido. Infelizmente, no meio desta “maré montante” mundial, somos ainda dos poucos que insistem em permanecer na “maré vazante”. Oxalá não tenhamos de ir até o fundo do poço para descobrir aquilo que todos eles já sabem, para depois percorrermos o longo caminho de volta...